

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
CNPJ/MF N° 60.933.603/0001-78
NIRE N° 35.300.011.996
COMPANHIA ABERTA

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA DE 24 DE ABRIL 2012**

- I - PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24 DE ABRIL DE 2012 (página 2)**

- II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NOS MOLDES DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/2009 (páginas 3 a 9)**

- III – ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009 (páginas 10 a 15)**

- IV - COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009 (página 16 a 26)**

- V - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, ITENS 13.1 A 13.16 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009 (páginas 27 a 36)**

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
CNPJ/MF Nº 60.933.603/0001-78
NIRE Nº 35.300.011.996
COMPANHIA ABERTA

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE

24 DE ABRIL DE 2012

O Conselho de Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo submete à apreciação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, na forma estatutária e nos termos dos artigos 131 e 132 da Lei nº 6.404/76, as seguintes propostas:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- a) Aprovar o Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício de 2011, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.
- b) Aprovar a destinação de resultados, incluindo a proposta de distribuição de dividendos.
- c) Eleger os membros do Conselho Fiscal.

Os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa, ou por meio eletrônico nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários e da CESP, na rede mundial de computadores, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009.

A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer a qualquer momento até a abertura dos trabalhos da assembleia geral, mediante a apresentação de documento de identidade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais informando o respectivo número e, no caso de constituição de procurador, do competente instrumento de mandato com firma reconhecida e outorgado há menos de um ano.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ratificação da fixação da atualização da remuneração da Diretoria, na forma do artigo 152 da Lei das Sociedades Anônimas e com base no parecer CODEC 194/2011, que trata da remuneração dos diretores das empresas controladas pelo Estado.

São Paulo, 22 de março de 2012.

José Anibal Peres de Pontes
Presidente do Conselho de Administração

II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NOS MOLDES DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/2009

1. Lucro líquido do exercício

A Companhia encerrou o exercício de 2011, com Lucro Líquido de R\$ 108.581 mil.

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Foi proposta a destinação de dividendos aos acionistas de R\$ 465.405 mil, equivalente a 100% do lucro líquido ajustado (conforme demonstrativo abaixo), equivalente a R\$ 1,82 por ação PNA e a R\$ 1,41 para as ações ON e PNB. Do montante de dividendos propostos, serão deduzidos os proventos já pagos aos acionistas durante o exercício social de 2011, a título de Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 75.000 mil.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Destinação de 100% do lucro líquido ajustado, conforme abaixo:

Valores em R\$ mil

Exercício Social	2011
Lucro líquido do exercício	108.581
Destinação	
(-) Reserva Legal	(5.429)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	199.520
Realização da reserva de lucros a realizar	162.733
Saldo para destinação de dividendos	465.405
Juros sobre o capital próprio já distribuído	(75.000)
Saldo a distribuir como dividendos	(390.405)
Saldo em lucros acumulados	0,00

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há distribuição de dividendos com base em exercícios anteriores.

Há apenas realização de Reservas constituídas em exercícios anteriores, conforme item 3, acima.

5. Valores, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Foi elaborada a proposta da Administração para a distribuição de dividendos aos acionistas de R\$ 465.405 mil (dos quais serão deduzidos os JCP já pagos de R\$ 75.000 mil, conforme item 3 acima).

Valores em R\$ mil

Descrição	Ações			Total
	Ordinárias	Classe A	Classe B	
Destinação de dividendos	154.015	14.814	296.576	465.405
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(20.572)	(14.814)	(39.614)	(75.000)
Saldo a distribuir	133.443	0	256.962	390.405

b. forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos (após dedução dos Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 75.000 mil), resulta no montante líquido de R\$ 390.405 mil e estão distribuídos em: R\$ 133.443 mil para as ações ON (R\$ 1,222371433 por ação) e R\$ 256.962 mil para as ações PNB (R\$ 1,222371433 por ação), a ser pago em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira de R\$ 160 milhões até 30 de junho de 2012, e o restante até 30 de setembro de 2012.

c. incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve incidência de atualização e juros sobre dividendos e nem sobre juros sobre capital próprio.

d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento dos dividendos propostos será definida quando da aprovação na AGO, em 24.04.2012.

6. declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em 2011, foram declarados e pagos Juros sobre o capital próprio de R\$ 75.000 mil.

b. data dos pagamentos de dividendos ou juros sobre capital próprio

Os pagamentos de Juros sobre capital próprio declarados durante o exercício de 2011 e imputados ao dividendo obrigatório de referido exercício ocorreram em: 20.07.2011 (R\$ 25.000 mil) e 21.10.2011 (R\$ 50.000 mil).

7. Tabela comparativa de valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro (prejuízo) líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício Social	Lucro / (prejuízo) R\$ mil	Valor –	Lucro / (prejuízo) ação – R\$	por
2011		108.581		0,33154
2010		93.042		0,28410
2009		762.713		2,32887
2008		(2.351.639)		(7,18051)

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício Social	Deliberação	Classe de Ações	Provento Aprovado			
			Natureza	Montante R\$	Valor Por Ação R\$	Data de Pagamento
2011	RCA 05/05/2011	ON	JCP	3.481.487,38	0,0318912271	20/07/2011
		PNA	JCP	14.814.480,23	1,8245449414	
		PNB	JCP	6.704.032,39	0,0318912271	
	Subtotal			25.000.000,00		
	RCA 05/08/2011	ON	JCP	17.090.376,65	0,1565517902	21/10/2011
		PNB	JCP	32.909.623,35	0,1565517902	
	Subtotal			50.000.000,00		
	Proposta para AGO de 24/04/2012	ON	Dividendos	133.443.304,31	1,222371433	-
		PNA	Dividendos	0,00	0,00	
		PNB	Dividendos	256.961.503,87	1,222371433	
Subtotal			390.404.808,18			
TOTAL			465.404.808,18			

Exercício Social	Deliberação	Classe de Ações	Provento Aprovado			
			Natureza	Montante R\$	Valor Por Ação R\$	Data de Pagamento
2010	RCA 11/05/2010	ON	JCP	3.481.487,38	0,0318912271	08/07/2010
		PNA	JCP	14.814.480,23	1,8245449414	
		PNB	JCP	6.704.032,39	0,0318912271	
	Subtotal			25.000.000,00		
	RCA 10/08/2010	ON	JCP	8.545.188,32	0,0782758951	10/08/2010
		PNB	JCP	16.454.811,68	0,0782758951	
	Subtotal			25.000.000,00		
	RCA 12/11/2010	ON	JCP	8.545.188,32	0,0782758951	21/12/2010
		PNB	JCP	16.454.811,68	0,0782758951	
	Subtotal			25.000.000,00		
Proposta aprovada na AGO de 29/04/2011	ON	Dividendos	56.206.843,22	0,5148676425	23/09/2011	
	PNB	Dividendos	108.233.193,39	0,5148676425		
Subtotal			164.440.036,61			
TOTAL			239.440.036,61			

Exercício Social	Deliberação	Classe de Ações	Provento Aprovado			Data de Pagamento
			Natureza	Montante R\$	Valor Por Ação R\$	
2009	RCA 12/05/2009	ON	JCP	5.191.000,00	0,0475464060	16/06/2009
		PNA	JCP	14.814.000,00	1,8245449410	
		PNB	JCP	9.995.000,00	0,0475464060	
	Subtotal			30.000.000,00		
	RCA 11/08/2009	ON	JCP	15.381.000,00	0,1408966110	09/10/2009
		PNB	JCP	29.619.000,00	0,1408966110	
	Subtotal			45.000.000,00		
	RCA 10/11/2009	ON	JCP	11.963.000,00	0,1095862532	08/01/2010
		PNB	JCP	23.037.000,00	0,1095862532	
	Subtotal			35.000.000,00		
Proposta aprovada na AGO de 30/04/2010	ON	Dividendos	11.832.705,68	0,1083903121	30/06/2010	
	PNB	Dividendos	22.785.330,92	0,1083903121		
Subtotal			34.618.036,60			
TOTAL			144.618.036,60			

2008

No exercício de 2008, não houve destinação de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, em função da existência de saldo de prejuízos acumulados.

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. montante destinado à reserva legal

Foram destinados à reserva legal os seguintes montantes R\$ 5.429 mil em 2011, R\$ 4.652 mil em 2010 e R\$ 38.136 mil em 2009.

b. Detalhe da forma de cálculo da reserva legal

Calculada em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações PNA fazem jus a dividendo prioritário mínimo de 10% do valor do capital representado por esta classe de ações. As ações PNB da companhia não possuem direito a dividendos prioritários fixo ou mínimo.

b. Informações sobre se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim, considerando que a base de cálculo dos dividendos prioritários mínimos das ações PNA conforme o Estatuto Social da Companhia é de 10% sobre o valor do capital integralizado representado por esta classe de ações.

Dessa forma, do Lucro líquido verificado de R\$ 108.581 mil, após a constituição de Reserva Legal, Realização da Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (IFRS), Realização da Reserva de Lucros a Realizar, foi proposta a destinação de dividendos aos acionistas do montante de R\$ 465.405 mil (que, deduzido de juros s/capital próprio já distribuídos de R\$ 75.000 mil), remanesceram para distribuição o montante de R\$ 390.405 mil, sendo: R\$ 133.443 para as ações ON e R\$ 256.962 para as ações PNB. As ações PNA já receberam dividendo prioritário mínimo equivalente ao previsto no Estatuto, de 10% do valor do capital representado por esta classe de ações.

c. Identificação de eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela do lucro do exercício não paga.

d. valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor do dividendo prioritário mínimo devido às ações PNA é de R\$14.814.000,00.

e. dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor do dividendo prioritário mínimo por ação devido a cada ação PNA é de R\$1,8245449410.

10. Dividendo obrigatório

a. forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o lucro do exercício social, após as deduções previstas em lei, terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- do saldo, será destinado valor para pagamento do dividendo prioritário mínimo das ações preferenciais classe A, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do capital social integralizado representado por ações PNA, a ser rateado igualmente entre estas;

- do saldo, será destinado valor para pagamento de dividendo anual obrigatório às ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, correspondente a (i) 10% (dez por cento) do valor do capital social integralizado representado por estas ações, a ser rateado igualmente entre elas ou (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, observado o disposto no item(e) abaixo;
- do saldo, até 20% (vinte por cento) poderá ser destinado conforme deliberação da assembleia geral, para reinversão na expansão das atividades previstas no Artigo 2º deste estatuto, até o limite de 10% (dez por cento) do capital social;
- saldo terá a destinação deliberada em assembleia geral, observadas as retenções permitidas em lei, sendo que, no caso de distribuição de saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais classe A e classe B, esta se fará em igualdade de condições.

O pagamento de juros a título de remuneração de capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar, na forma da legislação vigente.

b. condições do pagamento do dividendo obrigatório (integralmente ou parcial)

O dividendo obrigatório está sendo pago parcialmente já que o lucro apurado (ajustado) não é suficiente.

Do Lucro Líquido do exercício de R\$ 108.581 mil, após a constituição de Reserva Legal, foi adicionada a realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (IFRS), adicionada a realização da Reserva de Lucros a Realizar, resultando no montante proposto para destinação de dividendos aos acionistas de R\$ 465.405 mil, que deduzido de juros sobre o capital próprio já distribuídos de R\$ 75.000 mil, remanesceram para distribuição o montante de R\$ 390.405 mil, sendo: R\$ 133.443 para as ações ON e R\$ 256.692 para as ações PNB.

c. montante de dividendo retido

Não há proposta para a retenção de dividendo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

A companhia não está retendo dividendos.

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

As alíneas “a, b, e c” não são aplicáveis, conforme resposta dada ao item 11.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não foi constituída nenhuma Reserva de Lucros a Realizar no exercício de 2011.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável (vide letra “a” acima).

13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não há destinação do resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

As alíneas “a, b, e c” não são aplicáveis, conforme resposta dada ao item 13.

14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

A companhia não está retendo lucro com base em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

As alíneas “a e b” estão respondidas diretamente o item 14.

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

As alíneas “a e b” estão respondidas diretamente o item 15.

III - ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009**12.6. Relação de indicados a eleição para comporem o Conselho Fiscal da companhia**

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Emilia Ticami	55 anos	Administradora	022.489.508-70	Conselheira Fiscal Efetiva	24/04/2012	1 ano		Sim
Fábio Alonso	51 anos	Economista	046.944.808-39	Conselheiro Fiscal Efetivo	24/04/2012	1 ano	-	Sim
José Rubens Gozzo Pereira	64 anos	Economista	309.106.178-72	Conselheiro Fiscal Efetivo	24/04/2012	1 ano		Sim
Hélio Pilnik	57 anos	Economista	759.900.598-68	Conselheiro Fiscal Efetivo	24/04/2012	1 ano		Sim
Carlos Eduardo Esposel	69 anos	Engenheiro Mecânico	250.457.418-53	Conselheiro Fiscal Suplente	24/04/2012	1 ano		Sim
Enio Marrono Lopes	49 anos	Administrador	021.526.678-16	Conselheiro Fiscal Suplente	24/04/2012	1 ano		Sim
João Paulo de Jesus Lopes	64 anos	Engenheiro Civil	205.976.658-34	Conselheiro Fiscal Suplente	24/04/2012	1 ano		Sim
Paulo Roberto Fares	54 anos	Engenheiro Civil	032.721.388-46	Conselheiro Fiscal Suplente	24/04/2012	1 ano		Sim

12.7. Membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A companhia não tem comitês.

12.8. Administradores e Conselheiros Fiscais indicados à eleição:

a) Currículos:

Conselho Fiscal:

EMÍLIA TICAMI

Bacharel em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas e Curso de Especialização (CEAG) pela mesma entidade. Atuou na Secretária de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, de julho de 1980 a março 1991, onde exerceu os cargos de Analista e Assessora, nas atividades de elaboração orçamentária empresarial, controle das empresas públicas e análise de investimentos. Na Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, ocupou o cargo de Diretora do Departamento de Finanças do Estado, de abril de 2004 a maio de 2006, e Coordenadora, junho de 2006 a junho de 2010, e desde julho de 2010 exerce a função de Assessora na Coordenação da Administração Financeira da Secretaria.

Foi Conselheira Fiscal na SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, de maio de 2010 a abril de 2011, e na São Paulo Previdência – SPPREV, de 2008 a abril de 2011;

É membro suplente no conselho fiscal do Metrô – Companhia do Metropolitano de São Paulo;

É Conselheira de Administração da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, desde abril de 2011.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FÁBIO ALONSO

Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi escriturário no Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO de 01/01/1981 a 30/09/1983, exerceu a função de Auxiliar de Controle de Carga na Secretaria da Receita Federal de 02/03/1984 a 15/07/1984, estagiou na Secretaria de Economia e Planejamento no período de 28/11/1984 a 30/12/1985, por fim ingressou na Secretaria de Economia e Planejamento em 10/02/1986, onde exerceu os cargos de Controlador de Orçamento, Analista de Orçamento, Assistente de Planejamento I, II e III e atualmente é Diretor Técnico III.

É Conselheiro Fiscal da Cia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM desde 2003.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

JOSÉ RUBENS GOZZO PEREIRA

Economista, formado pela Universidade Mackenzie, pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas e extensão universitária em Universidades de Londres e Paris. Exerceu suas atividades no setor público no DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, como responsável pela área de Orçamento e Financiamento, como diretor na CET – Companhia de Engenharia de Tráfego e na CESP – Cia Energética de São Paulo atuou na área de Cooperação Internacional.

Desde 1989 é responsável pela área de Captação de Recursos da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

HELIO PILNIK

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado em 1979 e Curso de Pós Graduação em Formação de Executivos do Setor Elétrico em 1997 pela FEA – USP. Atuou na Companhia Light Serviços de Eletricidade S.A., posteriormente denominada Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., de 1974 a 1998, tendo exercido diversos cargos gerenciais tais como na Divisão de Compras, Departamento de Programas Sociais, Departamento Comercial, Superintendência de Patrimônio Imobiliário e Superintendência de Administração e Qualidade de Materiais. Em 1998 foi suplente do Conselho Fiscal da Bandeirante Energia S.A. e um dos coordenadores da cisão da Eletropaulo que conduziu a companhia ao processo de privatização. Neste mesmo ano participou do Conselho Curador da Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo e posteriormente como Coordenador de Empreendimentos até 2000. Entre 2001 e 2004, atuou na CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, nos Departamentos de Patrimônio e de Suprimentos. Entre janeiro de 2005 e março de 2011 exerceu os cargos de Coordenador de Administração e Finanças e de Supervisor de Finanças nas Subprefeituras do Butantã e Vila Mariana, no município de São Paulo - SP.

Atualmente é Coordenador do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CARLOS EDUARDO ESPOSEL

Engenheiro Mecânico formado pela Escola de Engenharia de Mauá, em São Paulo. Atuou na SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, onde ocupou cargos gerenciais no período de maio de 1969 a outubro de 1981. Na VASP – Viação Aérea São Paulo S.A. exerceu os cargos de Assessor Executivo e Assistente Executivo da Presidência, de junho de 1983 a setembro de 1990; foi Gerente de Geral da base USA – Miami e Flórida, de novembro de 1990 a dezembro de 1994; ocupou o cargo de Diretor de Carga para América do Norte (U.S e Canadá), de dezembro de 1994 a junho de 1996; e atuou como Diretor Administrativo e Financeiro da Europa e Ásia, de julho de 1996 a maio de 2001. Na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo exerceu a função de Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, de julho de 2001 a dezembro de 2003; desde janeiro de 2004 é Diretor Técnico de Departamento da Fazenda Estadual na

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo responsável pelo Sistema Eletrônico de Compras do Estado de São Paulo.

É Conselho Fiscal do IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo S.A. desde o ano de 2007.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ENIO MARRANO LOPES

Administrador de Empresas, ocupa atualmente a função de Assistente do Coordenador da Coordenadoria de Orçamento – CO da Secretaria de Economia e Planejamento, sendo o responsável nos impedimentos do titular do cargo desde 2004. Na mesma Secretaria já ocupou os cargos de Diretor Técnico de Departamento da Coordenadoria de Programação Orçamentária da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, foi também Assistente de Coordenador na Coordenadoria de Planejamento e Avaliação.

Foi Conselheiro Fiscal do DERSA, CPTM, CDHU.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

JOÃO PAULO DE JESUS LOPES

Engenheiro Civil, formado pelas E.E.Mauá/ UMC - 1976. Foi Secretário Adjunto dos Transportes Metropolitanos e Conselheiro de Administração do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo, de Janeiro de 2007 a Janeiro de 2011. Presidente e Conselheiro de Administração da EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (cumulativamente) de Março de 2010 a Fevereiro de 2011. Atuou como Consultor Empresarial Independente na ShoppingConsult Consultoria de 2000 a 2006. No Grupo CLC – Abril de 1990 a 2000 foi Vice-presidente Corporativo (estatutário) da Holding CLC – Comunicações, Lazer e Cultura S.A. No Badesp – Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo exerceu diversos cargos de Agosto de 1974 a Outubro de 1982, dentre eles o de Analista Senior de Projetos Industriais, Subchefe da Divisão de Análise e Projetos Industriais e Gerente da Divisão de Projetos Industriais, Comércio e Serviços.

Foi Conselheiro de Administração do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo, de Janeiro de 2007 a Abril de 2011;

e

Foi Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração da EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, de Março de 2010 a Abril de 2011.

É Conselheiro de Administração da CDHU – Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de S. Paulo, desde Maio de 2011.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

PAULO ROBERTO FARES

Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Mauá, concluído em 1981; MBA Empresarial pela Fundação Dom Cabral – concluído em 2003. Profissional de carreira na área de planejamento da operação hidráulica, atuou na Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., de agosto de 1982 a dezembro de 1997 exercendo diversos cargos como Engenheiro, Coordenador, Gerente de Divisão, Gerente de Departamento, Assessor da Diretoria e Assistente Executivo da Diretoria de Geração e Transmissão. Com a cisão da Eletropaulo, a partir de janeiro de 1998 passou a atuar na EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S. A. exercendo as funções de Assistente Executivo da Diretoria Técnica, de janeiro de 1998 a abril de 2000, Gerente de Departamento de Operação e Manutenção de Usinas Elevatórias, de abril a agosto de 2000, Assistente da Presidência, de agosto de 2000 a dezembro de 2003, Gerente da Coordenadoria Executiva da Presidência, de dezembro de 2003 a fevereiro de 2012, e desde 15 de fevereiro de 2012 atua como Diretor Administrativo, Financeiros e de Relações com Investidores.

Não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal nos últimos 5 anos:

Conforme mencionados individualmente em cada currículo dos conselheiros fiscais indicados à eleição, não consta nenhum evento relacionado a qualquer condenação criminal, processo administrativo da CVM, condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores e conselheiros fiscais da companhia:

Não existe relação conjugal entre os administradores e conselheiros fiscais da companhia.

b) (i) administradores e conselheiros fiscais da companhia e (ii) administradores e conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, da companhia:

Não há relação conjugal entre os administradores e conselheiros fiscais da companhia. A companhia não tem empresas controladas.

c) (i) administradores e conselheiros fiscais da companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da companhia:

Não há relação conjugal entre os administradores e conselheiros fiscais da companhia, bem como desses com o controlador. A companhia não tem empresas controladas.

d) (i) administradores e conselheiros fiscais da companhia e (ii) administradores e conselheiros fiscais das sociedades controladoras diretas e indiretas da companhia:

Conforme relatado na alínea “c”.

12.10. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da companhia e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela companhia:

A companhia não tem empresas controladas.

b) controlador direto ou indireto da companhia:

JOSÉ RUBENS GOZZO PEREIRA, indicado à eleição para Conselheiro Fiscal Efetivo, é responsável pela área de Captação de Recursos da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo desde 1989, órgão subordinado ao Controlador.

EMÍLIA TICAMI, indicado à eleição para Conselheira Fiscal Efetivo, é Coordenadora da Administração Financeira na Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, desde março de 1991, órgão subordinado ao Controlador.

CARLOS EDUARDO ESPOSEL, indicado à eleição para Conselheiro Fiscal Suplente, é Diretor de Departamento da Fazenda Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, órgão subordinado ao Controlador.

PAULO ROBERTO FARES

Desde 15 de fevereiro de 2012 atua como Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores da EMAE – Empresa Metropolitana de Água e Energia S. A., empresa controlada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, o Controlador da Companhia.

c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há influência relevante de fornecedor, cliente, devedor ou credor no âmbito na companhia.

IV - COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009

10.1 - Comentários dos diretores

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

i. condições financeiras

Em 2011, a CESP vendeu, em contratos, 99,3% da energia disponível para comercialização e que está autorizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Produziu energia excedente à sua capacidade nominal, sendo este excedente liquidado na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, parte como integrante do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, ao preço da Tarifa de Energia de Otimização – TEO, e parte como energia secundária, contabilizada na CCEE ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, além de contabilização de outros ajustes.

Em decorrência, o faturamento com venda de energia em 2011 foi de R\$ 3.375 milhões, sendo R\$ 3.227 milhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulado e livre, e R\$ 148 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Adicionalmente, há R\$ 4 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços. Após as Deduções à Receita, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$ 2.958 milhões.

Este faturamento, contraposto aos custos e despesas, propiciou EBITDA de R\$ 2.044 milhões, que se somaram aos recursos obtidos em janeiro de 2011, quando foi concluída a 2ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, no valor de R\$ 150 milhões. Como evento subsequente, estas Notas foram integralmente pagas em seu vencimento, janeiro de 2012.

A CESP encerra o exercício com Disponibilidades de R\$ 445 milhões e condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

ii. condições patrimoniais

A Companhia possui seis usinas de geração hidrelétrica com um total de 57 unidades geradoras que somam 7.456 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de energia de garantia física líquida, representando 7% e 8%, respectivamente, da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil.

As usinas hidrelétricas da CESP estão distribuídas em duas bacias hidrográficas, a bacia do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e a bacia do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado de São Paulo. A seguir, os principais dados das usinas da Companhia:

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MW Médio)
Ilha Solteira	1978	20	5,6	1.195	3.444	1.949 ⁽¹⁾
Três Irmãos	1999	5	3,6	785	808	
Jupia	1974	14	5,5	330	1.552	886
Porto Primavera	2003	14	10,2	2.250	1.540	1.017
Paraibuna	1978	2	0,5	177	84	50
Jaguari	1972	2	1,0	56	28	14
Total		57	26,4	4.793	7.456	3.916

(1) Energia de garantia física líquida combinada para as UHE Ilha Solteira e Três Irmãos.

O Imobilizado representava 87% do Ativo da Companhia, em 31.12.2011.

Patrimônio Líquido em R\$ mil

Descrição	2009	2010	2011
Capital Social	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Ajuste de variação patrimonial	-	1.947.673	1.748.153
Reservas de lucros	618.095	622.747	465.443
Lucros (prejuízos) acumulados	(48.068)	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.621.349	10.474.951	10.118.127
Lucro do exercício	478.536	93.042	108.581

Em 31.12.2011, o Patrimônio Próprio representava 55,5% contra 44,5% de Capital de Terceiros.

b. estrutura de capital, possibilidade de resgate de ações ou quotas, hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor

i. estrutura de capital

A CESP possui uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 20% de obrigações de curto prazo e 80% de longo prazo, apresentando uma redução periódica do seu endividamento.

O total da dívida financeira em 31.12.2011 era de R\$ 3.993,3 milhões (R\$ 4.268 milhões, em 2010), composta por 67,1% em moeda nacional e 32,9% em moeda estrangeira e está distribuída na seguinte forma: FIDC 29,91%, Bônus 35,72%, BNDES 18,19%, Instituições Financeiras 11,37% e outros 4.81%.

A relação dívida financeira/EBITDA em 31.12.2011 era de 2,1 vezes (2,2 vezes em 2010). Em 2009, a relação dívida/EDITDA era de 2,8 vezes, (4,2 vezes em 2008).

O endividamento tem prazo compatível com a expectativa de geração de caixa, condição que proporcionou ao longo dos últimos anos uma melhora significativa do perfil financeiro. Em novembro de 2011, o “rating” atribuído pela agência de classificação de risco Standard&Poor’s, incluindo os “ratings” de crédito corporativo de longo prazo, na Escala Global ‘BB-’ e na Escala Nacional Brasil ‘brA-’, tiveram expectativa alterada para “positiva”. Em dezembro de 2011 a agência Moodys reafirmou a classificação de risco “Ba1” para a CESP.

O capital social integralizado da Companhia é composto de 327.502.673 ações, equivalentes a R\$ 5.975.433.454,43, e está dividido em 109.167.558 ações ordinárias (33%), 8.119.548 ações preferenciais de classe A e 210.215.567 ações preferenciais de classe B. Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo autorizado de R\$ 17.926.300.363,29, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

ii. hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

iii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Determinações legais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem baixo custo operacional e vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método “EBITDA” que atingiu, em 2011, R\$ 2.044 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos, não havendo previsão de emissão de dívida durante 2012.

A dívida financeira ficou em R\$ 3.993 milhões, em 31.12.2011, inferior a posição de 2010 que era de R\$ 4.268 milhões, decorrente principalmente das amortizações em 2011. Em 2011, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,61 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 0,29. Em 2010, o índice de liquidez corrente era de R\$ 0,54 e o índice de liquidez geral era de R\$ 0,28, sendo que em 2009 correspondiam a R\$ 0,59 e R\$ 0,27, respectivamente.

Obrigações Financeiras

Composição em R\$ mil

Descrição	2009	2010	2011
Curto Prazo	958.434	895.307	749.720
Logo Prazo	4.025.680	3.372.664	3.243.592
DÍVIDA BRUTA	4.984.114	4.267.971	3.993.312
(-) Disponibilidades e Depósitos Vinculados	(229.457)	(342.026)	(444.972)
DÍVIDA LÍQUIDA	4.754.657	3.925.945	3.548.340

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia, além dos programas ativos relacionados em (f) a seguir, já se utilizou de programas de Debêntures Simples, Não Conversíveis, tendo emitido 10 séries desses títulos, todas já quitadas. De forma pioneira, também lançou um programa de CTEE's - Certificados a Termo de Energia Elétrica, que se diferenciava das Debêntures pelo seu lastro em energia elétrica (megawatt/hora). Foram 9 emissões, todas também já resgatadas

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A CESP tinha uma dívida no valor de USD 183 milhões, referente à Série 6 das Notas de Médio Prazo (bonds) que foi liquidada em 28 de fevereiro de 2011. Para cumprir com o citado compromisso, em outubro e novembro de 2010, a Companhia efetuou aquisições de US\$ 102.783 e em janeiro de 2011, captou recursos financeiros no mercado local no montante de R\$ 150 milhões, representados pela 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais (operação quitada em janeiro de 2012).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos relevantes

A tabela a seguir contempla a composição dos compromissos financeiros da Companhia em 31/12/2009, 2010 e 2011, ajustados em decorrência da adoção do IFRS, cujas operações relevantes são os FIDC's, Notas de Médio Prazo, dívidas com o BNDES (Plano Brady) e dívidas com a Eletrobrás, em R\$ mil:

Valores em R\$ mil

Descrição	2009	2010	2011
MOEDA ESTRANGEIRA	1.881.419	1.640.083	1.316.420
Instituições Financeiras	358.749	241.847	161.249
BNDES	792.203	706.115	726.529
Medium Term Notes (MTN's)	716.779	689.685	426.991
CPFL	8.948	-	-
Outras Instituições	4.740	2.436	1.651
MOEDA NACIONAL	3.102.696	2.454.637	2.676.892
Instituições Financeiras	179.061	145.111	292.632
Notas de Médio Prazo	889.401	938.640	999.237
ELETROBRÁS	51.427	46.210	40.992
ELETROBRÁS (Valores a pagar)	180.704	173.251	149.673
FIDC II, III e IV	1.802.103	1.324.676	1.194.358
TOTAL	4.984.115	4.267.971	3.993.312

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

As Notas de Médio Prazo (série 6 e 7) possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de a Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros, impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

Na estruturação do FIDC CESP IV houve previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não há.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2011, o Real-R\$ desvalorizou-se em relação ao Dólar Norte-americano, em 12,58%, com impacto no Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais de R\$ 150 milhões, com consequente aumento da posição de dívidas em moeda estrangeira.

Em 2010, a Companhia efetuou a aplicação das normas, procedimentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC, no processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Durante este processo, a revisão para o valor justo das unidades geradoras de caixa (custo atribuído), referido a 01.01.2009, adicionou R\$ 3.553 milhões ao ativo imobilizado da Companhia, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido de R\$ 2.345 e R\$ 1.208 milhões na rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante. O aumento do ativo imobilizado promoveu um crescimento da despesa de depreciação anual da ordem de 62,6%.

No exercício de 2009, o real se valorizou em relação ao dólar norte-americano em 25,49%, com redução do passivo de dívidas em moeda estrangeira e o registro de receitas de variações cambiais no valor de R\$ 665 milhões, que proporcionou o resultado financeiro (positivo) de R\$ 100 milhões, além da redução do endividamento pela liquidação no exercício da ordem de R\$ 1.371 milhões.

Já, em 2008, houve elevação nas posições de dívida em moeda estrangeira pela desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano em 31,94%, com registro de despesas de variações cambiais (negativas) de R\$ 664 milhões, refletindo no resultado financeiro (negativo) de R\$ 1.394 milhões.

No exercício de 2007, o Real se valorizou em 17,15% em relação ao dólar norte-americano, tendo registrado R\$ 520 milhões de receitas de variações cambiais e redução de dívidas em moeda estrangeira, refletindo em resultado financeiro (negativo) de R\$ 314 milhões.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia apresenta-se consistente, obtida principalmente com a venda de energia elétrica em contratos de longo prazo Suprimento - leilões com diversas empresas distribuidoras de energia do país (ambiente de contratação regulada) e de Fornecimento de energia a clientes consumidores livres e comercializadoras (ambiente de contratação livre), com oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços.

O faturamento da CESP, em 2011, foi de R\$ 3.379 milhões, crescimento de 1,8%. Em 2010 foi de R\$ 3.319 milhões, com crescimento de 7,6% em relação a 2009, que foi de R\$ 3.084 milhões (R\$ 2.986 em 2008), conforme quadro a seguir, em R\$ mil:

Receita Operacional	2009	2010	2011
Fornecimento de energia elétrica	854.398	820.760	769.522
Suprimento de energia elétrica - Contratos	402.869	412.280	412.285
Suprimento de energia elétrica - Leilões	1.675.129	1.936.910	2.045.138
Energia elétrica de curto prazo	148.191	144.889	148.245
Outras Receitas	3.475	3.949	3.896
TOTAL	3.084.062	3.318.788	3.379.086

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Em 2011, as receitas operacionais totais alcançaram R\$ 3.379 milhões, resultado obtido, principalmente, com a atualização dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou venda de R\$ 2.267 milhões, e pela venda de energia a consumidores livres e agentes comercializadores, de R\$ 1.109 milhões.

O Resultado financeiro negativo, de R\$ 681 milhões, decorreu principalmente dos Encargos de dívidas que totalizaram R\$ 228 milhões, variações monetárias de R\$ 215 milhões, e pela apropriação de despesas com variações cambiais de R\$ 150 milhões, decorrentes da desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-americano em 12,58%.

A despesa de depreciação total de R\$ 777 milhões, em 2011, inclui valor de R\$ 301 milhões correspondente ao aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído, que deduzida dos impostos e contribuições sociais diferidos de R\$ 102 milhões, resultando em um efeito líquido de R\$ 199 milhões (negativo) no lucro líquido do exercício, que atingiu R\$ 108.6 milhões.

Em 2010, as receitas operacionais totais alcançaram R\$ 3.319 milhões, com crescimento de 7,6% em relação a 2009, resultado obtido, principalmente, com o aumento da quantidade e dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$ 1.937 milhões, com o início do faturamento do produto 7, referente leilão de energia para o período 2010 - 2039, no montante de R\$ 180 milhões.

O aumento nas Despesas gerais e administrativas decorre da contratação de empregados, mediante concurso público, ocorrida no exercício e que impactaram a rubrica Pessoal, bem como o processo de Georreferenciamento e o início do desenvolvimento do Programa de Monitoramento Patrimonial dos reservatórios das usinas e atualização dos recursos na área de tecnologia da informação na rubrica Serviços de terceiros.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 506 milhões negativo. As receitas financeiras atingiram 37 milhões, com a redução na atualização de valores a receber – energia livre e nas quotas subordinadas FIDC. Os encargos de dívidas e outras despesas financeiras registraram uma redução de 6,2% e totalizaram R\$ 410 milhões. As variações monetárias e cambiais líquidas alcançaram R\$ 133 milhões negativos, R\$ 430 milhões positivos em 2009, decorrente da forte valorização do Real frente ao Dólar norte-americano naquele ano.

Na despesa de depreciação total de R\$ 785 milhões, contém o valor de R\$ 301 milhões correspondente ao aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído, que deduzida dos impostos e contribuições sociais diferidos de R\$ 102 milhões, promoveu um efeito líquido de R\$ 199 milhões (negativo) no lucro líquido do exercício, que atingiu R\$ 93.042 mil.

Em relação ao exercício de 2009, com a recuperação da economia pós crise, houve uma apreciação do Real de 25,49% em relação ao dólar norte-americano, com a apropriação no resultado de R\$ 665 milhões de receitas de variações cambiais, contribuindo com a redução do endividamento.

Também, em 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, no valor de R\$ 469 milhões, deixaram de ser capitalizados e estão sendo registrados diretamente no resultado do exercício.

O resultado operacional, o resultado financeiro (positivo) e outras despesas líquidas, foram eventos importantes para o Lucro líquido de R\$ 763 milhões, em 2009.

No exercício de 2008, os fatores mais relevantes decorreram da crise internacional que refletiu na cotação do dólar norte-americano com valorização de 31,94% em relação ao Real, com impacto de R\$ 664 milhões em despesas com variações cambiais x endividamento em moeda estrangeira, refletindo no resultado financeiro (negativo) de R\$ 1.394 milhões.

Adicionalmente, em 2008, pela aplicação do CPC – 01, conforme descrito na nota explicativa 12.4 das DF's, a Companhia efetuou os estudos de recuperação do seu parque gerador, onde houve a necessidade de registro de provisão ao imobilizado de R\$ 2.467 milhões referentes a Usina de Porto Primavera, com impacto no resultado do exercício.

Também foram registrados créditos fiscais diferidos (ativo) no valor de R\$ 495 milhões, em conformidade com a Instrução CVM nº 371/2002.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia possui contratos de suprimento (venda a Revendedores) e fornecimento de energia elétrica (venda a Consumidores Livres) de longo prazo, a maior parte indexada ao Índice de Preços ao Consumidor – IPC-A e sofre a variação desse indicador.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e taxas de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Em 2011, o Real-R\$ desvalorizou-se em relação ao Dólar Norte-americano, em 12,58%, com impacto no Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais de R\$ 150 milhões, e aumento da posição de dívidas em moeda estrangeira.

Em 2010, a variação da taxa de câmbio pouco influenciou nas posições de dívidas e nos resultados.

Em relação ao exercício de 2009, com a recuperação da economia pós crise, houve uma apreciação do Real de 25,49% em relação ao dólar norte-americano, com a apropriação no resultado de R\$ 665 milhões de receitas de variações cambiais, contribuindo para a redução do endividamento.

No exercício de 2008, os fatores mais relevantes decorreram da crise internacional que refletiu na cotação do dólar norte-americano com valorização de 31,94% em relação ao Real, com impacto de R\$ 664 milhões em despesas com variações cambiais x endividamento em moeda estrangeira, refletindo no resultado financeiro (negativo) de R\$ 1.394 milhões.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve eventos dessa natureza.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve eventos dessa natureza.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos dessa natureza.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício de 2011, não houve mudanças de práticas em relação às que já foram adotadas em 2010.

Em 2010, as demonstrações contábeis da CESP foram pela primeira vez elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no processo de convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado – A Companhia optou pela adição do custo atribuído do ativo imobilizado, ajustando os saldos de abertura na data de transição, em 01.01.2009 pelos seus valores justos estimados (custo de reposição depreciado) por avaliadores independentes, com experiência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. A avaliação foi realizada por usina, considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia.

O custo de reposição depreciado de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável (impairment), considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros e indenização (com base no custo de reposição depreciado), calculadas até o final da concessão. Dada a operação em conjunto (complexo), as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas uma única unidade geradora de caixa.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

O efeito da adoção do custo atribuído para as usinas, em 01.01.2009, promoveu um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553 milhões, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo) no valor de R\$ 1.208 milhões e conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido de R\$ 2.345 milhões. A parcela de depreciação anual das usinas antes da adoção das novas práticas contábeis, da ordem de R\$ 480 milhões, passou para R\$ 781 milhões. A depreciação sobre o ajuste das novas práticas contábeis não resulta em efeitos na base de distribuição de dividendos.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Os pareceres dos últimos 5 anos foram emitidos sem ressalvas e/ou ênfases.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A grande maioria dos dados mais representativos das demonstrações financeiras é apurada e registrada com base em taxas de câmbio, preços, índices de atualização e taxas de juros. No caso de estimativas para o registro de valores, estas se resumem à Provisão para Contingências Riscos Legais, estimativas que são periodicamente revisadas pelo Departamento Jurídico interno (e por assessores jurídicos externos, quando julgado necessário), quanto a valores pleiteados e grau de risco de perda “remoto”, “possível” e “provável”, para fins de reconhecimento ou para constar em nota explicativa de ITR's ou DF's. No caso de Plano de Pensão, é reconhecido o valor apurado por atuário independente. Para apuração de “impairment” e registro de créditos fiscais, são elaboradas pela Companhia as correspondentes projeções de resultados, fluxos de caixa e projeções de resultados para fins de determinação da base tributável para realização dos créditos no horizonte exigido de 10 anos (Instrução CVM nº 371/2002).

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.;

A Companhia possui bons sistemas informatizados, que permitem o adequado controle de empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas da ANEEL e CVM. Adicionalmente, está em implementação um novo sistema informatizado integrado que objetiva racionalizar os diversos processos das operações da empresa, visando reduzir prazos e melhorar o grau de confiabilidade das informações geradas.

- b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os principais pontos levantados e recomendados pelos auditores referem-se a melhoria dos controles ambientais referentes a monitoramento dos compromissos socioambientais, mensuração e política de registro contábil e em relação ao Contencioso sobre os controles do Departamento Jurídico interno e a evolução da carteira de contingências da Companhia, além de recomendações sobre o ambiente geral de processamento de dados.

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A conclusão da reestruturação financeira em junho de 2007, em momento anterior à eclosão da crise financeira global, eliminou a necessidade da companhia recorrer ao mercado financeiro e de capitais para levantar recursos no segundo semestre de 2007 e nos exercícios subsequentes de 2008, 2009 e 2010.

- a. destinação dos recursos da oferta

Em janeiro de 2011 foi realizada a 2ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, no valor de R\$ 150 milhões, recursos que foram integralmente utilizados para pagamento da série 6 das Notas de Médio Prazo, vencida e paga em 2 de março de 2011, no valor de principal de R\$ 305 milhões, mais encargos.

- b. desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não foram realizadas ofertas públicas nos cinco últimos exercícios sociais.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Em 2006 e anos anteriores em que foram efetuadas ofertas publicas não foram detectados desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas. Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável para as alíneas de “a” a “c” deste item, pois, conforme a resposta dada para o item 10.08 e respectivas alíneas, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas, incluindo a menção sobre os prazos de concessão das usinas da Companhia.

a. Itens que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A CESP não tem planos para investimento em expansão de sua capacidade produtiva, sendo que os investimentos anualmente realizados se resumem ao programa de manutenção de seu parque gerador, incluindo melhorias e modernização dos equipamentos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

Recursos próprios.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há previsão de aquisição de outros ativos.

c. Novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas para novos produtos ou serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Como não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento, não há nenhum gasto a ser declarado neste sentido. A obrigação legal da Companhia, na condição de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, consiste em desembolso anual de 1% de sua Receita Operacional Líquida, em programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do setor elétrico, coordenado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia está desenvolvendo diversos projetos na área de energia, com recursos oriundos do programa Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), de acordo com as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, tendo investido, até 2010, recursos de R\$ 27.941 mil, visando apenas aperfeiçoamento de processos. Em 2011 a CESP investiu R\$ 6,2 milhões em projetos de P&D e recolheu R\$ 12 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R\$ 6 milhões ao Ministério de Minas e Energia.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há investimentos em desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores.

13 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes fixadas pelo Controlador, através do CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, baseado no desempenho, competitividade de mercado e conhecimento técnico das atividades da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em AGO - Assembleia Geral Ordinária.

Conforme revisão e avaliação das atribuições dos membros dos conselhos pelo CODEC (Parecer Nº 0001/2007) e aprovado em Assembleia, a remuneração do conselho foi fixada em percentuais sobre a remuneração dos diretores da companhia, sendo 30% para os membros do conselho de administração e 20% para os membros do conselho fiscal, condicionada a participação em, no mínimo, uma reunião mensal.

A política de remuneração anual dos diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal têm se mantido inalteradas desde janeiro de 2007.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Remuneração fixa (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal):

Honorários mensais - Valor estabelecido pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pago mensalmente.

Bônus (Diretoria e Conselho de Administração):

Concedido a título de prêmio aos Administradores das empresas nas quais o Estado é acionista controlador, desde que a companhia efetivamente apure lucro em período trimestral, semestral e anual e distribua dividendos aos acionistas, ainda que sob a forma de juros sobre capital próprio. O Conselho Fiscal não possui remuneração variável.

O valor anual do bônus não deve ultrapassar a seis vezes a remuneração mensal da Diretoria/Conselho Administração, nem a 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal):

Pagamento de uma gratificação equivalente a um honorário mensal, calculado *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano, de acordo com a Deliberação CODEC Nº1/1991.

O objetivo da gratificação anual é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que o vínculo mantido com a Companhia pelos membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Estatutária, é de natureza estatutária.

Benefícios (Diretoria):

Auxílio alimentação/refeição e assistência médica, descanso anual, com característica de licença remunerada, de 30 dias corridos, acrescido de gratificação de um terço da remuneração. Objetivo da concessão de benefícios é estender similarmente à Diretoria Estatutária, os benefícios concedidos aos empregados da Companhia.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

O quadro a seguir mostra a participação relativa de cada elemento, em relação à remuneração total.

Elementos da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Salário ou pró-labore	0,61	0,74	0,92
Benefícios diretos ou indiretos		0,02	
Bônus	0,34	0,19	0,00
Outros (Gratificação Anual)	0,06	0,04	0,08

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Compete ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado orientar o voto do Estado nas assembleias de acionistas que fixam o montante global da remuneração dos administradores e dos conselheiros fiscais das empresas controladas pelo Estado.

Cabe à assembleia geral da Companhia fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.

A revisão de remuneração é deliberada em assembleia geral de acionistas, que fixa a nova remuneração. A remuneração atual dos administradores e conselheiros fiscais foi fixada em assembleia geral extraordinária realizada em Janeiro/2007, e se baseou na crescente responsabilidade atribuída aos administradores e conselheiros fiscais e a correspondente profissionalização exigida para o desempenho dessas funções, com utilização cada vez maior de paradigmas de gestão privada e de governança corporativa, e por outro lado, as restrições financeiras próprias da administração pública á limitações legais decorrentes do teto fixado para o Governador do Estado nos termos do parágrafo 9º, do artigo 37, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda 19, de1998.

A remuneração mensal dos conselheiros de administração equivale a 30% dos honorários dos Diretores. A remuneração mensal dos conselheiros fiscais corresponde a 20% dos honorários dos Diretores, ambas atualizadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, através do Parecer nº 150/2005, de 14/12/2005.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

A adoção de adequada política motivacional é justificada pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa das empresas sob controle do Estado, incentivando o bom desempenho pessoal, bem como o alinhamento com políticas públicas.

Com o avanço do conceito de governança corporativa, é exigida participação ativa e propositiva em relação aos negócios sociais e com isso a atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da companhia e entender o mercado em que ela se insere. Paralelamente, consolidou-se a tendência de responsabilização pessoal dos conselheiros por atos ou omissões praticados no exercício da função.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Embora a Companhia não utilize indicadores específicos, a determinação dos elementos de remuneração dos administradores leva em consideração sua responsabilidade, sua competência e reputação profissionais, o tempo dedicado ao exercício das funções, e o valor dos seus serviços no mercado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Conforme item acima não há a utilização de indicadores específicos. A remuneração é estruturada de maneira a promover a eficiente gestão pública direcionada tanto ao atendimento das políticas públicas quanto a expectativa financeira do profissional.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que propicia a manutenção de profissionais dotados de competência, experiência, motivação, necessários ao exercício da função diretiva, com reflexos no desempenho empresarial da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há remuneração ou benefício vinculado a tal evento.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(Valores em R\$)				
Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	4,00	5,00	24,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.007.640,00	946.170,50	223.920,00	2.177.730,50
Benefícios diretos ou indiretos		23.194,80		23.194,80
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Remuneração variável				
Bônus	503.820,00	343.690,72	0,00	847.510,72
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (Gratificação Anual)	83.970,00	55.980,00	18.660,00	158.610,00
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações				0,00
Total da remuneração	1.595.430,00	1.369.036,02	242.580,00	3.207.046,02

(Valores em R\$)

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2011 - valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,33	4,08	4,50	18,91
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	592.248,00	955.109,52	174.508,00	1.721.865,52
Benefícios diretos ou indiretos		23.194,80		23.194,80
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Remuneração variável				
Bônus	326.340,00	244.610,72	0,00	570.950,72
Participação de resultados		15.325,09		15.325,09
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (Gratificação Anual)	54.758,00	55.014,99	16.022,01	125.795,00
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações				0,00
Total da remuneração	973.346,00	1.293.255,12	190.530,01	2.457.131,13

(Valores em R\$)

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2010 - valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	14,08	4,00	4,67	22,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	741.480,00	876.004,05	165.760,00	1.783.244,05
Benefícios diretos ou indiretos		20.753,00		20.753,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Remuneração variável				
Bônus	333.000,00	365.435,11	0,00	698.435,11
Participação de resultados		15.164,80		15.164,80
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (Gratificação Anual)	59.940,00	39.466,67	13.813,33	113.220,00
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações				0,00
Total da remuneração	1.134.420,00	1.316.823,63	179.573,33	2.630.816,96

(Valores em R\$)				
Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2009 - valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	5,00	5,00	25,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	865.800,00	1.103.291,57	192.400,00	2.161.491,57
Benefícios diretos ou indiretos		34.245,00		34.245,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Remuneração variável				
Bônus	377.400,00	328.774,00		706.174,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros		10.328,02		10.328,02
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações				0,00
Total da remuneração	1.243.200,00	1.476.638,59	192.400,00	2.912.238,59

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária conselho fiscal

(Valores em R\$)				
Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2012 - valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	4,00	5,00	19,00
Bônus	335.880,00	447.840,00	N/A	783.720,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	335.880,00	447.840,00	N/A	783.720,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas			N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido	335.880,00	447.840,00	N/A	783.720,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	335.880,00	447.840,00	N/A	783.720,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

(Valores em R\$)				
Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2011				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,33	4,08	4,50	18,91
Bônus	326.340,00	244.610,72	N/A	570.950,72
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	346.964,04	456.796,80	N/A	803.760,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	326.340,00	244.610,72	N/A	570.950,72
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	346.964,04	456.796,80	N/A	682.844,04
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

(Valores em R\$)				
Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2010				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	4,00	5,00	24,00
Bônus	399.600,00	355.200,00	0,00	754.800,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	399.600,00	355.200,00	0,00	754.800,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido	399.600,00	355.200,00	0,00	754.800,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	66.600,00	44.400,00	14.800,00	125.800,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

(Valores em R\$)				
Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2009				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	14,08	4,00	4,67	22,75
Bônus	333.000,00	365.435,11	0,00	698.435,11
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	375.091,20	365.500,00	0,00	740.591,20
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	333.000,00	365.435,11	0,00	698.435,11
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	62.515,20	63.926,80	14.800,00	141.242,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	59.940,00	54.631,47	13.813,33	128.384,80

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Posição acionária	31/12/2011	
Conselho de Administração		
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade
Ação	ON	3
Ação	PNA	1
Ação	PNB	103
Subtotal		107

Posição acionária		31/12/2011
Diretoria Estatutária		
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade
Ação	ON	60
Ação	PNA	0
Ação	PNB	5.100
Subtotal		5.160

Posição acionária		31/12/2011
Conselho Fiscal		
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade
Ação	ON	0
Ação	PNA	0
Ação	PNB	0
Subtotal		0

Total	5.267
--------------	--------------

13.6 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações.

13.7 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não há opções de ações.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há opções de ações.

13.9 – Informações necessárias para a compensação dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

Não há remuneração baseada em ações.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores em R\$)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0,00	1,00
Nome do plano		PSAP/CESP B1
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	0,00	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	18.457,61
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	0,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições		Sim*

* O participante pode resgatar, antecipadamente, o valor correspondente às suas contribuições no caso de desligamento da empresa.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social 2011 - valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de membros	4,08	10,33	4,50
Valor da maior remuneração (reais)	393.698,67	94.230,00	42.340,00
Valor da menor remuneração (reais)	281.200,00	94.225,00	42.340,00
Valor médio da remuneração (reais)	316.974,29	94.225,17	42.340,00

Exercício social 2010 - valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de membros	4	14,08	4,67
Valor da maior remuneração (reais)	373.3537,30	84.360,00	38.480,00
Valor da menor remuneração (reais)	281.200,00	75.480,00	38.480,00
Valor médio da remuneração (reais)	329.205,91	80.569,60	38.452,53

Exercício social 2009 - valores anuais			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de membros	5	15	5
Valor da maior remuneração (reais)	351.090,71	82.880,00	38.480,00
Valor da menor remuneração (reais)	199.193,47	82.880,00	38.480,00
Valor médio da remuneração (reais)	295.327,72	82.880,00	38.480,00

13.12 - Mecanismo remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Valores percentuais da remuneração total dos administradores e conselheiros fiscais da companhia que são partes relacionadas com o controlador, conforme o CPC 05 (R1)

Percentual da Remuneração

	2011	2010	2009
Conselho de Administração	80,00%	80,00%	80,00%
Diretoria Estatutária	25,00%	20,00%	20,00%
Conselho Fiscal	80,00%	80,00%	60,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve remuneração a quaisquer dos membros fora da função que ocupam.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.